REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Gabinete da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Email: assuntosparlamentares@alra.pt

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência a Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901-858 Horta

Sua referência	Sua Comunicação	Nossa referência	Nº Processo	Ponta Delgada
		SRAPAP – Sai 237/2016		04-05-2016

ASSUNTO: REQUERIMENTO N.º 543/X - MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA DA ILHA DAS FLORES

Exmo. Senhor,

Em resposta ao requerimento referido em epígrafe, subscrito pelo Senhor Deputado Paulo Estêvão, da Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, encarrega-me S. Exa. a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares de remeter os relatórios de avaliação de usos e atividades seguintes:

- POOC Flores (2008-2012)
- POOC Flores (2008-2014)

Com os melhores cumprimentos, e consideração

A Chefe do Gabinete,

Rafaela Seabra Teixeira

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 1269 Proc. n.º 54.09.08
Data: 016/05/04 N.º 543/X

POOC

FLORES

AVALIAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES

02

2008 a 2014

GOVERNO DOS AÇORES
Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente
Direção Regional do Ambiente

Índice

1. Introdução 5

2. Enquadramento legal 7

3. Base de Dados Georreferenciada para o Litoral da RAA 9

4. Análise dos usos e atividades 11

5. Notas conclusivas 23

6. Anexos 25

1. Introdução

O presente documento surge na sequência do primeiro relatório referente à análise da área de intervenção do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha das Flores [POOC Flores], efetuada ao período entre novembro de 2008 e dezembro de 2012, e tem como principal objetivo proceder a uma atualização da informação, acrescentando os dados referentes ao período entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014.

À semelhança do primeiro relatório, a referida análise incide essencialmente na verificação dos principais usos e atividades que ocorreram na área de intervenção do POOC Flores, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2008/A, de 26 de novembro, com o intuito de perceber a evolução ocorrida ao longo dos anos, desde a aprovação daquele plano especial de ordenamento do território, no final do ano de 2008, até à atualidade [dezembro de 2014].

Este relatório pretende constituir mais um contributo interno para o processo de avaliação dos planos de ordenamento da orla costeira em vigor nos Açores.

2. Enquadramento legal

De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores [RJIGT.A], aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, a avaliação e monitorização do ordenamento do território da Região é da responsabilidade do departamento do Governo Regional competente em matéria de ordenamento do território. O referido diploma determina, ainda, que as entidades responsáveis pela elaboração dos instrumentos de gestão territorial promovem a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos mesmos.

Acrescenta-se, ainda, que o próprio diploma de aprovação do POOC Flores, o Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2008/A, de 26 de novembro, estipula a necessidade de realização de ações de avaliação e monitorização da sua implementação.

É neste sentido que a Direção Regional do Ambiente [DRA] elaborou o presente documento relativo à atualização da informação dos usos e atividades ocorridos na área de intervenção do POOC Flores, entre novembro de 2008 e dezembro de 2014.

3. Base de Dados Georreferenciada para o Litoral da RAA

Tal como o primeiro relatório, a análise dos usos e atividades constante do presente documento teve como principal ferramenta de trabalho a Base de Dados Georreferenciada para o Litoral da Região Autónoma dos Açores [BD_Litoral], disponível no Sistema de Monitorização do Ordenamento do Território [SMOT], em http://servicos.srrn.azores.gov.pt/smot/.

A BD_Litoral, concebida em 2011, constitui uma base de trabalho de grande utilidade, quer para as questões relacionadas com a avaliação e monitorização do ordenamento do território dos Açores, em particular com a orla costeira das ilhas, quer para a gestão diária da área de intervenção dos planos de ordenamento da orla costeira em vigor na Região, uma vez que constitui um repositório de informação geográfica e alfanumérica relativa aos usos e atividades que aí se realizam.

Tal como referido no separador "Bases de Dados" do SMOT, a BD_Litoral tem como principal objetivo armazenar e disponibilizar informação relativa aos processos inseridos na área de intervenção dos planos de ordenamento da orla costeira em vigor e que constam do arquivo físico e digital da DRA.

Na Tabela 1, apresentam-se todos os processos constantes da BD_Litoral, por ilha e por tipologia, desde abril de 2006 [data de criação do Sistema de Gestão de Correspondência da DRA] até dezembro de 2014 [data da última atualização da base de dados].

Importa ressalvar que com a criação da Direção Regional do Assuntos do Mar em 2012, atualmente integrada na Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, a qual tem também competências na orla costeira, é possível que hajam processos relativos a usos e atividades realizados no litoral das ilhas que não tenham dado entrada na DRA e, como tal, não foram inseridos e contabilizados na BD_Litoral.

Tabela 1. Processos constantes da BD_Litoral, por ilha e por tipologia, entre abril de 2006 e dezembro de 2014.

Tipologia de processos | Ilha	COR	FLO	FAI	PIC	SJO	GRA	TER	SMA	SMG		Total
									Costa Sul	Costa Norte	
Atividades de Recreio e Lazer e Eventos	0	0	1	7	1	2	7	19	30	30	97
Avaliação de Impacte Ambiental	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	3
Explorações Agrícolas	0	0	1	2	1	3	9	2	26	15	59
Planos de Gestão Florestal e Cortes de Arvoredo	0	4	3	33	2	0	0	3	22	9	76
Venda Ambulante	0	2	2	20	5	0	1	9	1	9	49
Destaques	0	0	1	1	0	1	0	0	11	0	14
Loteamentos Urbanos	0	2	1	9	13	3	6	17	58	48	157
Trabalhos de Remodelação de Terrenos	0	2	0	4	0	0	0	9	31	13	59
Empreendimentos Turísticos	0	4	6	29	15	1	7	5	17	18	102
Edificações	1	32	52	246	155	83	105	150	315	218	1 357
Explorações de Inertes	0	1	3	7	2	2	5	8	4	6	38
Indústria	0	7	30	60	5	27	22	6	59	59	275
Resíduos e Aterros	6	2	6	11	5	4	1	3	1	0	39
Zonas Balneares	0	4	8	59	9	11	43	21	74	52	281
Equipamentos	1	11	0	2	6	1	5	0	13	14	53
Requalificação Urbana e Ambiental	0	7	2	22	4	1	9	0	14	14	73
Infraestruturas	10	13	9	62	22	12	51	40	100	66	385
Outros	0	2	1	11	5	1	2	5	14	17	58
TOTAL	**18**	**93**	**126**	**585**	**250**	**153**	**273**	**297**	**791**	**589**	**3 175**

4. Análise dos usos e atividades

Conforme referido, o presente relatório tem como principal objetivo perceber os principais usos e atividades ocorridos na orla costeira da ilha das Flores ao longo dos anos, nomeadamente após a aprovação do POOC, em novembro de 2008, até ao final de 2014, data limite da recolha de informação.

Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores

No Gráfico 1 estão representados não só o número de pedidos de parecer solicitados na área de intervenção do POOC Flores entre novembro de 2008 e dezembro de 2012 [valor apresentado no primeiro relatório], como também o número de pedidos de parecer solicitados para a mesma área entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014.

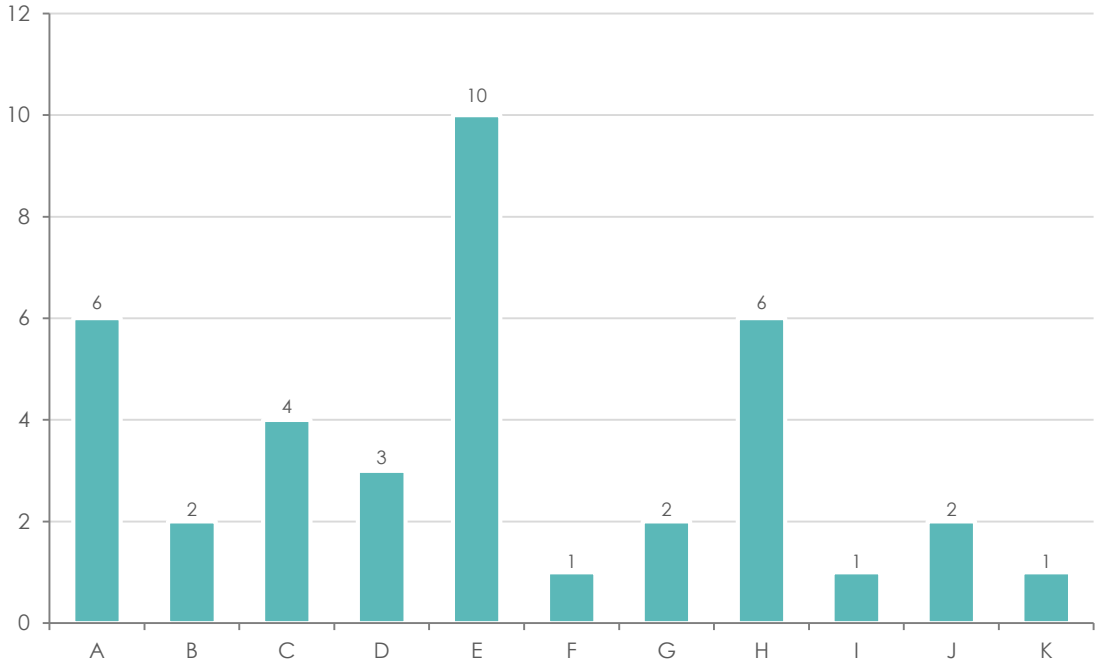
Gráfico 1. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores, entre novembro de 2008 e dezembro de 2014.

Entre **novembro de 2008 e dezembro de 2012** deram entrada na DRA 38 pedidos de parecer com incidência na área de intervenção do POOC Flores, tendo sido o ano de 2012 aquele que registou, claramente, o maior número [21].

Tal como já mencionado no primeiro relatório, o POOC Flores foi aprovado no final do mês de novembro, pelo que o valor apresentado no Gráfico 1 e seguintes relativamente ao ano de 2008 diz respeito aos pedidos de parecer que deram entrada na DRA após aquela data e que correspondeu apenas a 1 pedido. Salienta-se que entre janeiro e novembro de 2008 registaram-se 8 pedidos de parecer.

Por seu turno, e contabilizando apenas os **anos de 2013 e 2014**, verifica-se que deram entrada nesta direção regional 22 pedidos de parecer com abrangência na orla costeira da ilha das Flores, tendo o número de pedidos de parecer sido o mesmo tanto em 2013 como em 2014 [11].

Tipologia dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores

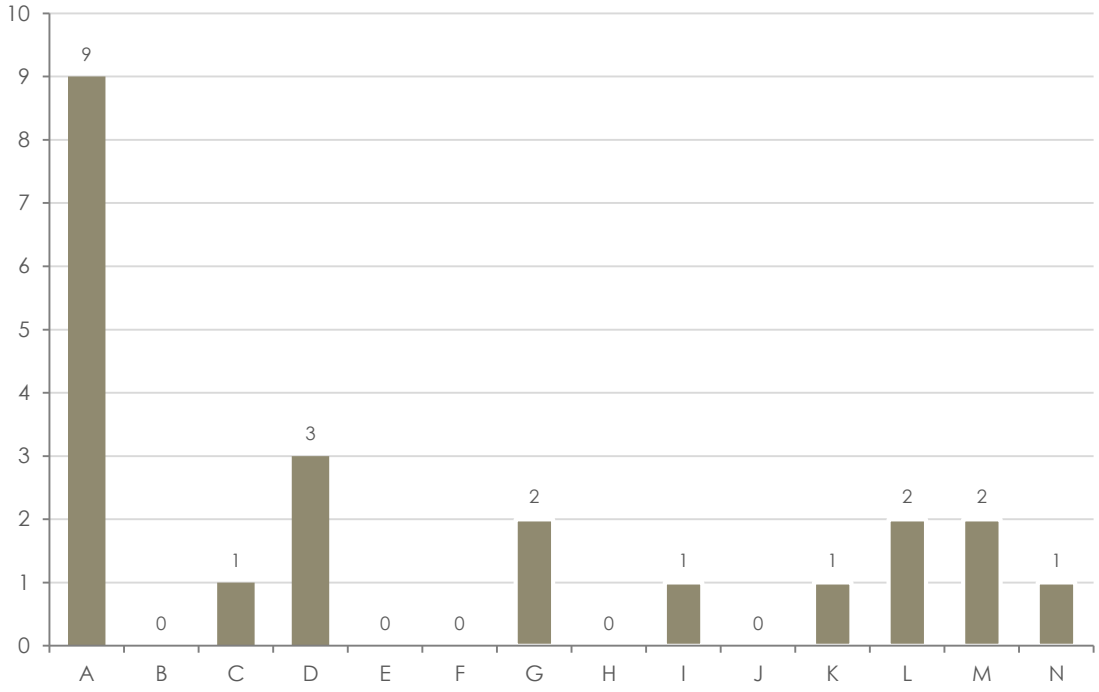


A – Edificações
B – Empreendimentos turísticos
C – Equipamentos
D – Indústria
E – Infraestruturas
F – Loteamentos urbanos
G – Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo
H – Requalificação urbana e ambiental
I – Trabalhos de remodelação de terrenos
J – Venda ambulante
K – Outros

Gráfico 2. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores, por tipologia, entre novembro de 2008 e dezembro de 2012.

Analisando agora a tipologia dos processos que deram entrada na DRA, entre **novembro de 2008 e dezembro de 2012** [Gráfico 2], verifica-se que a maioria corresponde a "infraestruturas" [10] e a "edificações" e "requalificação urbana e ambiental", ambas com 6 pedidos de parecer. Por oposição, as tipologias menos solicitadas naquele período, com apenas 1 pedido de parecer, dizem respeito a "loteamentos urbanos", "trabalhos de remodelação de terrenos" e "outros". Para além da tipologia "equipamentos" que registou 4 pedidos de parecer e da tipologia "indústria" que registou 3 pedidos de parecer, as restantes tipologias foram solicitadas em igual número [2] e correspondem a "empreendimentos turísticos", "planos de gestão florestal e cortes de arvoredo" e "venda ambulante".

No que concerne à tipologia de parecer mais solicitada, as "infraestruturas", há a salientar pedidos de reabilitação de acessos e pedidos de utilização de recursos hídricos, em especial pedidos de concessão de utilização de recursos hídricos para produção de energia.



A - Edificações
B - Empreendimentos turísticos
C - Equipamentos
D - Indústria
E - Infraestruturas
F - Loteamentos Urbanos
G - Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo
H - Requalificação urbana e ambiental
I - Trabalhos de remodelação de terrenos
J - Venda Ambulante
K - Outros
L - Zonas balneares
M - Resíduos e aterros
N - Explorações de inertes

Gráfico 3. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores, por tipologia, entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014.

De acordo com o Gráfico 3, entre **janeiro de 2013 e dezembro de 2014**, a tipologia de parecer mais solicitada corresponde às "edificações", com 9 pedidos de parecer. Pelo contrário, as tipologias de parecer menos solicitadas foram os "equipamentos", os "trabalhos de remodelação de terrenos", os "outros" e as "explorações de inertes" [com 1 pedido de parecer cada], os "planos de gestão florestal e cortes de arvoredo", as "zonas balneares" e os

"resíduos e aterros" [com 2 pedidos de parecer cada] e a "indústria" com 3 pedidos de parecer.

Também em relação à tipologia de parecer mais solicitada, neste caso, as "edificações", há a salientar pedidos de construção de moradias e de construção e ampliação de edifícios destinados a serviços.

Resultado dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores

Em termos de resultado dos pedidos de parecer efetuados, verifica-se, conforme apresentado no Gráfico 4 que, entre **novembro de 2008 e dezembro de 2012**, a maioria dos pareceres emitidos pela DRA na área de intervenção do POOC Flores foi viável [20], tendo 11 processos sido condicionados. Considerando as regras definidas no POOC Flores, no período em análise, 7 pedidos de parecer foram inviabilizados e corresponderam a 1 pedido de viabilidade de construção num terreno localizado em áreas vulneráveis e afeto às condicionantes da reserva ecológica e do domínio público marítimo, a 1 pedido de construção de acesso e merendário em áreas vulneráveis, áreas de interesse cultural e paisagístico, bem como em áreas afetas à reserva ecológica, a 1 pedido de cedência de terreno para implantação de estaleiro de apoio à construção de um pavilhão gimnodesportivo também em áreas vulneráveis, áreas de proteção e conservação da natureza e áreas afetas às condicionantes da reserva ecológica, domínio público marítimo, zona de proteção especial e zona especial de conservação. Acrescenta-se 1 queixa relativa à construção ilegal de um armazém, pedidos de reabilitação de acessos e, ainda, 1 pedido de infraestrutura de iluminação da avenida marginal.

Ainda em relação a este aspeto, ressalva-se que, apesar de o único pedido de parecer inviabilizado no ano de 2008 [referente a ampliação de um edifício] ter sido em momento anterior à aprovação do POOC Flores, a justificação prendeu-se com a necessidade de reconhecimento de propriedade privada

por se inserir na margem das águas do mar [faixa dos 50 metros].

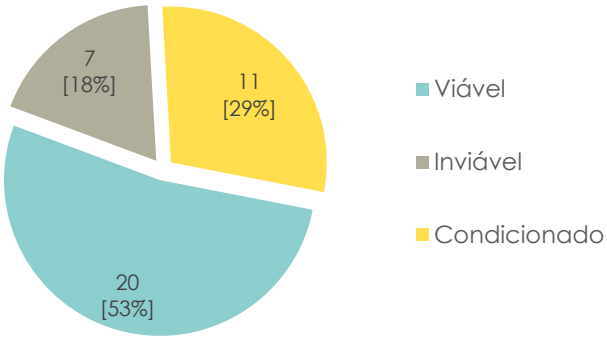


Gráfico 4. Resultado dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores, entre novembro de 2008 e dezembro de 2012.

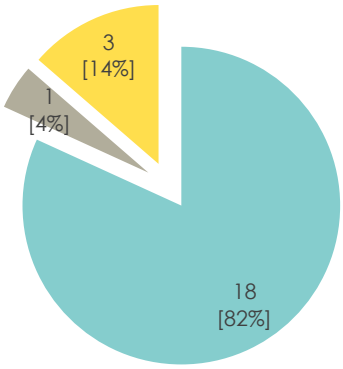


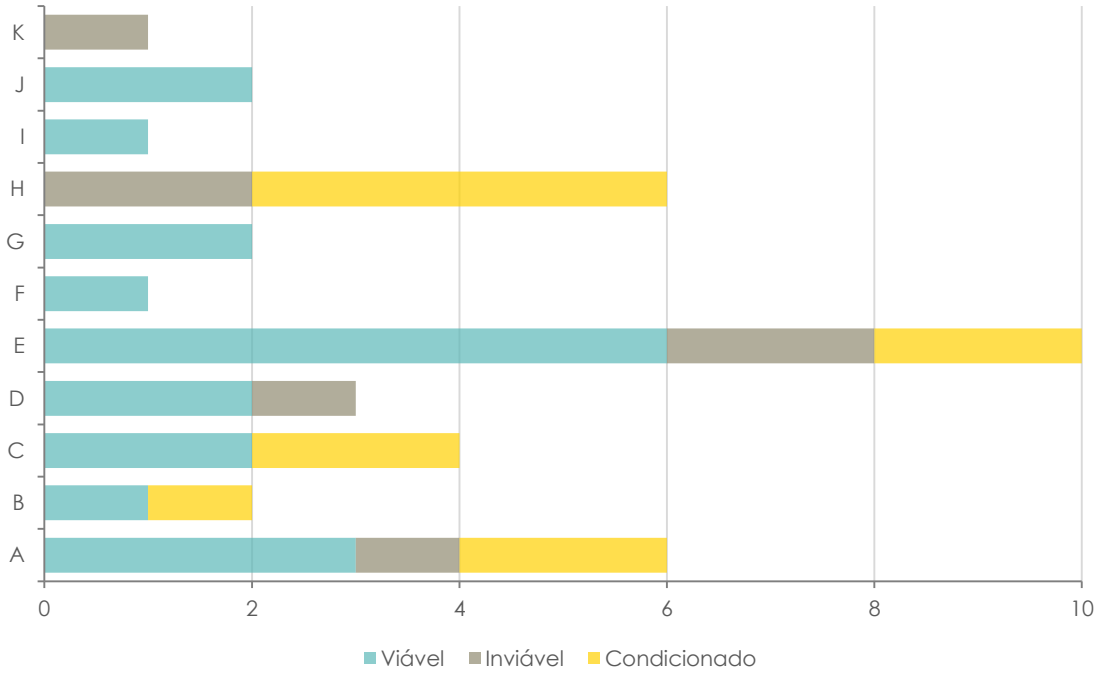
Gráfico 5. Resultado dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores, entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014.

Entre **janeiro de 2013 e dezembro de 2014** verifica-se que, de acordo com o Gráfico 5, também a grande maioria dos pareceres emitidos pela DRA na área de intervenção do POOC Flores foi positiva [18], tendo 3 processos sido condicionados. Considerando as regras definidas no Plano, no período em análise, foi inviabilizado apenas 1 pedido de parecer e que correspondeu à tipologia "zonas balneares", mais concretamente a um pedido de instalação de quiosque de madeira numa zona classificada no POOC como áreas balneares tipo 1, onde está prevista, de acordo com o respetivo plano da zona balnear, a manutenção do equipamento complementar existente.

Se completarmos a informação apresentada nos gráficos anteriores com a informação constante do Gráfico 6 verifica-se que, entre **novembro de 2008 e dezembro de 2012**, todos os pedidos de parecer relativos às tipologias "loteamentos urbanos", "planos de gestão florestal e cortes de arvoredo", "trabalhos de remodelação de terrenos" e "venda ambulante" foram positivos. Por oposição, o único pedido de parecer referente à tipologia "outros" e que deu entrada na DRA naquele período foi inviabilizado. Trata-se do já

mencionado pedido de cedência de terreno para implantação de estaleiro de apoio à construção de um pavilhão gimnodesportivo.

Para além disso, no que concerne à tipologia "edificações", entre novembro de 2008 e dezembro de 2012, foram viabilizados 3 pedidos de parecer, 2 foram condicionados e 1 foi inviabilizado. Já nos "empreendimentos turísticos", 1 pedido de parecer foi viável e outro foi condicionado. Na tipologia "equipamentos", verifica-se que 2 pedidos de parecer foram positivos e 2 foram condicionados. Quanto à tipologia "indústria", 2 pedidos de parecer foram viabilizados e 1 foi inviabilizado. Em termos de "infraestruturas" a maioria das solicitações [6] foi viável, 2 foram condicionadas e outras 2 foram inviáveis. Por último, na tipologia "requalificação urbana e ambiental", 4 dos pedidos de parecer foram condicionados e 2 foram inviáveis.



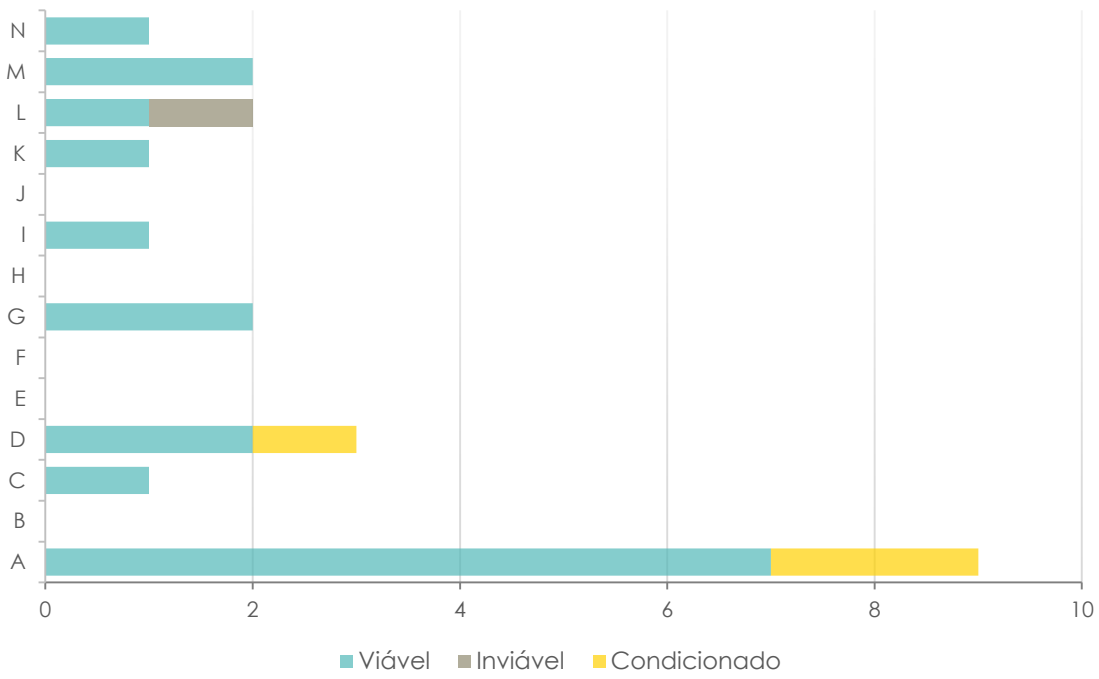
A – Edificações
B – Empreendimentos turísticos
C – Equipamentos
D – Indústria
E – Infraestruturas
F – Loteamentos urbanos
G – Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo
H – Requalificação urbana e ambiental
I – Trabalhos de remodelação de terrenos
J – Venda ambulante
K – Outros

Gráfico 6. Resultado dos pedidos de parecer, por tipologia, inseridos na área de intervenção do POOC Flores, entre novembro de 2008 e dezembro de 2012.

Tal como mencionado no primeiro relatório, julga-se importante salientar que em momento anterior à aprovação do POOC Flores, de acordo com a BD_Litoral, em 2006 [ano de criação do Sistema de Gestão de Correspondência da DRA], foram solicitados 21 pedidos de parecer. Destes 21 pedidos de parecer, apenas 1 [referente a um empreendimento turístico] foi inviabilizado, 10 foram viáveis e corresponderam às tipologias "edificações", "empreendimentos turísticos", "equipamentos", "indústria", "requalificação urbana e ambiental" e "zonas balneares", e outros 10 foram condicionados e corresponderam a 9 "edificações" e 1 "equipamento".

Em 2007, e registando um decréscimo bastante acentuado face ao ano anterior, deram entrada na DRA apenas 4 pedidos de parecer na orla costeira da ilha das Flores, todos viáveis, 1 referente a "empreendimentos turísticos", 1 referente a "infraestruturas" e 2 relativos à tipologia "equipamentos".

Até novembro de 2008 [data de aprovação do POOC Flores] foram solicitados 8 pedidos de parecer, tendo 3 sido viáveis e correspondido às tipologias de "zonas balneares", "loteamentos urbanos" e "infraestruturas", e apenas 1 sido inviável e referente a "edificações", conforme já referido. Acrescenta-se, ainda, que 4 processos mereceram parecer condicionado por parte da DRA, 2 referentes à tipologia "equipamentos", 1 à tipologia "edificações" e 1 à tipologia "infraestruturas".



A - Edificações
B - Empreendimentos turísticos
C - Equipamentos
D - Indústria
E - Infraestruturas
F - Loteamentos Urbanos
G - Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo
H - Requalificação urbana e ambiental
I - Trabalhos de remodelação de terrenos
J - Venda Ambulante
K - Outros
L - Zonas balneares
M - Resíduos e aterros
N - Explorações de inertes

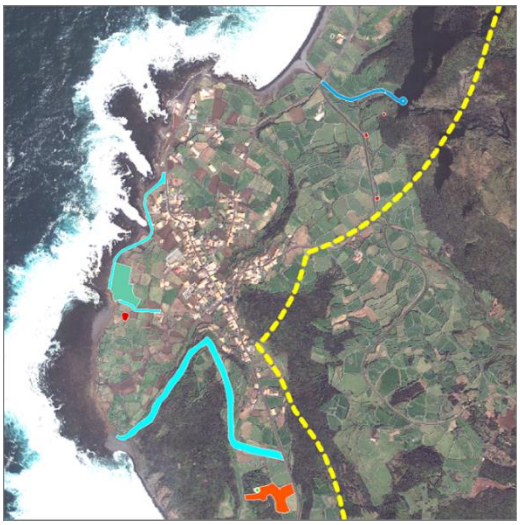
Gráfico 7. Resultado dos pedidos de parecer, por tipologia, inseridos na área de intervenção do POOC Flores, entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014.

De acordo com o Gráfico 7, entre **janeiro de 2013 e dezembro de 2014** todos os pedidos de parecer relativos às tipologias "equipamentos", "planos de gestão florestal e cortes de arvoredo", "trabalhos de remodelação de terrenos", "outros", "resíduos e aterros" e "explorações de inertes" foram viabilizados.

Para além disso, no que concerne à tipologia "edificações", dos 9 pedidos de parecer que deram entrada na DRA, 7 foram viabilizados e 2 foram condicionados. No que concerne à "indústria", 2 pedidos de parecer foram viáveis e 1 foi condicionado e em termos de "zonas balneares", 1 pedido de parecer foi viável e o outro foi inviável, conforme já referido.

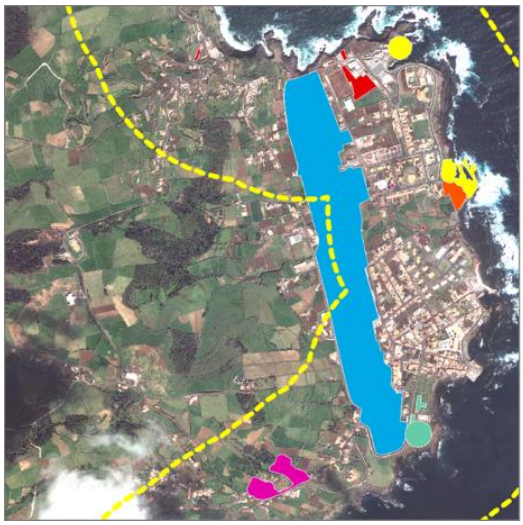
Espacialização dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores

Nas figuras 1 a 4 é possível observar a localização de alguns dos pedidos de parecer com incidência na área de intervenção do POOC Flores e que deram entrada na DRA entre **novembro de 2008 e dezembro de 2012**.



Área de intervenção
Edificações
Infraestruturas
Requalificação urbana e ambiental
Empreendimentos turísticos
Equipamentos
Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo

Figura 1. Lajes das Flores/ Fajã Grande



Área de intervenção
Edificações
Infraestruturas
Requalificação urbana e ambiental
Empreendimentos turísticos
Equipamentos
Loteamentos urbanos
Indústria
Zonas balneares
Outros [cedência de terrenos]

Figura 2. Santa Cruz das Flores

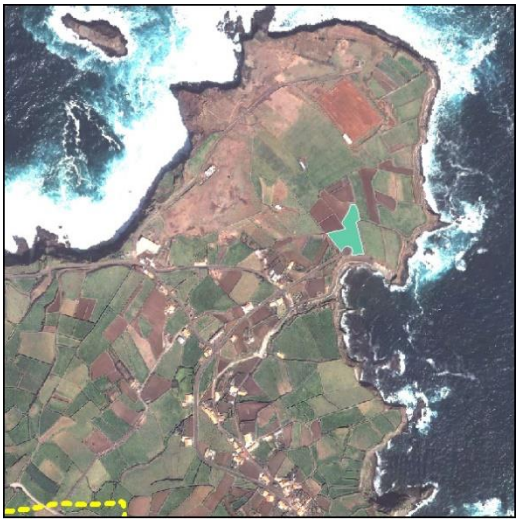
Área de intervenção
Edificações
Infraestruturas
Requalificação urbana e ambiental
Equipamentos
Indústria
Venda ambulante

Figura 3. Lajes das Flores

Área de intervenção
Trabalhos de remodelação de terrenos

Figura 4. Santa Cruz das Flores/ Caveira/ Ponta da Caveira

Por seu turno, nas figuras 5 a 8 é possível observar a localização de alguns dos pedidos de parecer com incidência na área de intervenção do POOC Flores e que deram entrada na DRA entre **janeiro de 2013 e dezembro de 2014**.



Área de intervenção
Equipamentos

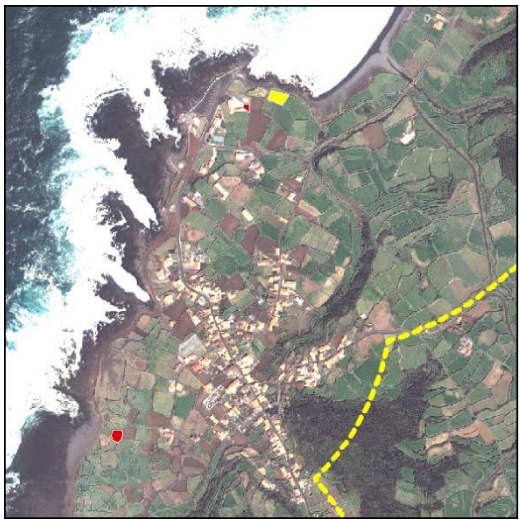
Figura 5. Santa Cruz das Flores/ Ponta Delgada

Área de intervenção
Edificações

Figura 6. Lajes das Flores

Área de intervenção
Edificações
Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo

Figura 7. Santa Cruz das Flores/ Cedros



Área de intervenção
Edificações
Zonas balneares

Figura 8. Lajes das Flores/ Fajã Grande

5. Notas conclusivas

Este relatório pretende constituir mais um contributo à avaliação do POOC Flores, através da atualização da informação relativa à análise dos usos e atividades na respetiva área de intervenção. Tal como já mencionado no primeiro relatório, datado de janeiro de 2013, a este trabalho, deverá juntar-se uma análise detalhada dos elementos fundamentais e complementares do Plano, nomeadamente das principais dificuldades de aplicação do regulamento e da respetiva cartografia, de modo a avaliar a eficiência e eficácia do POOC Flores.

A conclusão deste processo de avaliação deverá constituir um elemento de suporte à decisão, designadamente à necessidade de proceder à sua alteração [que reveste um carácter parcial] ou então à sua revisão [que implica a reconsideração e reapreciação global com carácter estrutural das opções estratégicas do plano].

Rui Monteiro

Melânia Rocha | José Furtado | André Medeiros | Elsa Meira

Janeiro de 2015

6. Anexos

Tabela 1. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores, entre novembro de 2008 e dezembro de 2014

Anos	N.º de pedidos
2008	1
2009	5
2010	3
2011	8
2012	21
2013	11
2014	11
Total	**60**

Tabela 2. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores, por tipologia, entre novembro de 2008 e dezembro de 2014

Tipologia	N.º de pedidos 2008 - 2012	N.º de pedidos 2013 - 2014
Edificações	6	9
Empreendimentos turísticos	2	0
Equipamentos	4	1
Indústria	3	3
Infraestruturas	10	0
Loteamentos Urbanos	1	0
Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo	2	2
Requalificação urbana e ambiental	6	0
Trabalhos de remodelação de terrenos	1	1
Venda Ambulante	2	0

Tabela 2. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores, por tipologia, entre novembro de 2008 e dezembro de 2014 [continuação]

Tipologia	N.º de pedidos 2008 - 2012	N.º de pedidos 2013 - 2014
Outros	1	1
Zonas balneares	0	2
Resíduos e aterros	0	2
Explorações de inertes	0	1
Total	**38**	**22**

Tabela 3. Resultado dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores, entre novembro de 2008 e dezembro de 2014

Resultado	N.º de pedidos 2008 - 2012	N.º de pedidos 2013 - 2014
Viável	20	18
Inviável	7	1
Condicionado	11	3
Total	**38**	**22**

Tabela 4. Resultado dos pedidos de parecer, por tipologia, inseridos na área de intervenção do POOC Flores, entre novembro de 2008 e dezembro de 2014

Tipologia	N.º de pedidos 2008 - 2012			N.º de pedidos 2013 - 2014		
	Via.	Inv.	Con.	Via.	Inv.	Con.
Edificações	3	1	2	7	0	2
Empreendimentos turísticos	1	0	1	0	0	0
Equipamentos	2	0	2	1	0	0
Indústria	2	1	0	2	0	1

Tabela 4. Resultado dos pedidos de parecer, por tipologia, inseridos na área de intervenção do POOC Flores, entre novembro de 2008 e dezembro de 2014 [continuação]

Tipologia	N.º de pedidos 2008 - 2012			N.º de pedidos 2013 - 2014		
	Via.	Inv.	Con.	Via.	Inv.	Con.
Infraestruturas	6	2	2	0	0	0
Loteamentos Urbanos	1	0	0	0	0	0
Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo	2	0	0	2	0	0
Requalificação urbana e ambiental	0	2	4	0	0	0
Trabalhos de remodelação de terrenos	1	0	0	1	0	0
Venda Ambulante	2	0	0	0	0	0
Outros	0	1	0	1	0	0
Zonas balneares	0	0	0	1	1	0
Resíduos e aterros	0	0	0	2	0	0
Explorações de inertes	0	0	0	1	0	0
Total	**20**	**7**	**11**	**18**	**1**	**3**

POOC

FLORES

AVALIAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES

01

2008 a 2012

GOVERNO DOS AÇORES
Secretaria Regional dos Recursos Naturais
Direção Regional do Ambiente

Índice

1. Introdução 5

2. Enquadramento legal 7

3. Base de Dados Georreferenciada para o Litoral da RAA 9

4. Análise dos usos e atividades 11

5. Notas conclusivas 19

6. Anexos 21

1. Introdução

O presente relatório tem como principal objetivo proceder a uma análise ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha das Flores [POOC Flores], aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2008/A, de 26 de novembro, nomeadamente à sua área de intervenção.

A referida análise incide essencialmente na verificação dos principais usos e atividades que ocorreram na área de intervenção daquele plano especial de ordenamento do território, com o intuito de perceber a evolução ocorrida ao longo dos anos, nomeadamente após a aprovação do POOC Flores, no final do ano de 2008, até à atualidade [dezembro de 2012].

Este relatório pretende constituir um contributo interno para o processo de avaliação dos planos de ordenamento da orla costeira em vigor nos Açores.

2. Enquadramento legal

De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores [RJIGT.A], aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, a avaliação e monitorização do ordenamento do território da Região é da responsabilidade do departamento do Governo Regional competente em matéria de ordenamento do território. O referido diploma determina, ainda, que as entidades responsáveis pela elaboração dos instrumentos de gestão territorial promovem a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos mesmos.

Acrescenta-se, ainda, que o próprio diploma de aprovação do POOC Flores, o Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2008/A, de 26 de novembro, estipula a necessidade de realização de ações de avaliação e monitorização da sua implementação.

É neste sentido que a Direção Regional do Ambiente [DRA] elaborou o presente documento relativo à análise dos usos e atividades ocorridos na área de intervenção do POOC Flores, entre novembro de 2008 e dezembro de 2012.

3. Base de Dados Georreferenciada para o Litoral da RAA

A análise dos usos e atividades constante do presente relatório teve como principal ferramenta de trabalho a Base de Dados Georreferenciada para o Litoral da Região Autónoma dos Açores [BD_Litoral], disponível no Sistema de Monitorização do Ordenamento do Território [SMOT], em http://servicos.srrn.azores.gov.pt/smot/.

A BD_Litoral, concebida em 2011, constitui uma base de trabalho de grande utilidade, quer para as questões relacionadas com a avaliação e monitorização do ordenamento do território dos Açores, em particular com a orla costeira das ilhas, quer para a gestão diária da área de intervenção dos planos de ordenamento da orla costeira em vigor na Região, uma vez que constitui um repositório de informação geográfica e alfanumérica relativa aos usos e atividades que aí se realizam.

Tal como referido no separador "Bases de Dados" do SMOT, a BD_Litoral tem como principal objetivo armazenar e disponibilizar informação relativa aos processos inseridos na área de intervenção dos planos de ordenamento da orla costeira em vigor e que constam do arquivo físico e digital da DRA.

Na Tabela 1, apresentam-se todos os processos constantes da BD_Litoral, por ilha e por tipologia, desde abril de 2006 [data de criação do Sistema de Gestão de Correspondência da DRA] até dezembro de 2012 [data da última atualização da base de dados].

Importa ressalvar que com a criação da Direção Regional do Assuntos do Mar em 2012, a qual tem também competências na orla costeira, é possível que hajam processos relativos a usos e atividades realizados no litoral das ilhas que não tenham dado entrada na DRA e, como tal, não foram inseridos e contabilizados na BD_Litoral.

Tabela 1. Processos constantes da BD_Litoral, por ilha e por tipologia, entre abril de 2006 e dezembro de 2012.

Tipologia de processos | Ilha	COR	FLO	FAI	PIC	SJO	GRA	TER	SMA	SMG		Total
									Costa Sul	Costa Norte	
Atividades de Recreio e Lazer e Eventos	0	0	0	6	1	2	6	12	20	17	65
Avaliação de Impacte Ambiental	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Explorações Agrícolas	0	0	1	2	1	2	7	1	22	11	47
Planos de Gestão Florestal e Cortes de Arvoredo	0	2	3	20	1	0	0	0	17	7	50
Venda Ambulante	0	2	2	16	5	0	1	8	1	5	40
Destaques	0	0	0	1	0	1	0	0	11	0	13
Loteamentos Urbanos	0	2	1	4	13	3	4	14	53	48	142
Trabalhos de Remodelação de Terrenos	0	1	0	2	0	0	0	5	26	11	45
Empreendimentos Turísticos	0	4	5	14	11	1	5	3	13	9	65
Edificações	1	23	34	123	139	65	86	105	271	174	1 021
Explorações de Inertes	0	0	3	6	2	2	5	8	4	6	36
Indústria	0	4	24	45	5	21	20	2	50	56	227
Resíduos e Aterros	3	0	5	8	3	3	1	1	1	0	25
Zonas Balneares	0	2	8	38	7	9	28	16	59	42	209
Equipamentos	1	10	0	1	6	0	1	0	11	12	41
Requalificação Urbana e Ambiental	0	7	2	19	4	1	7	0	14	14	68
Infraestruturas	9	13	8	42	17	10	43	30	93	58	323
Outros	0	1	1	6	4	0	0	2	8	11	33
TOTAL	14	71	97	353	219	120	214	207	675	482	**2 452**

A propósito da tabela acima mencionada, considera-se importante referir a validação dos dados referentes à ilha das Flores efetuada aquando da elaboração do presente documento.

4. Análise dos usos e atividades

Conforme referido, o presente relatório tem como principal objetivo perceber os principais usos e atividades ocorridos na orla costeira da ilha das Flores ao longo dos anos, nomeadamente após a aprovação do POOC, em novembro de 2008, até ao final de 2012, data limite da recolha de informação.

Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores

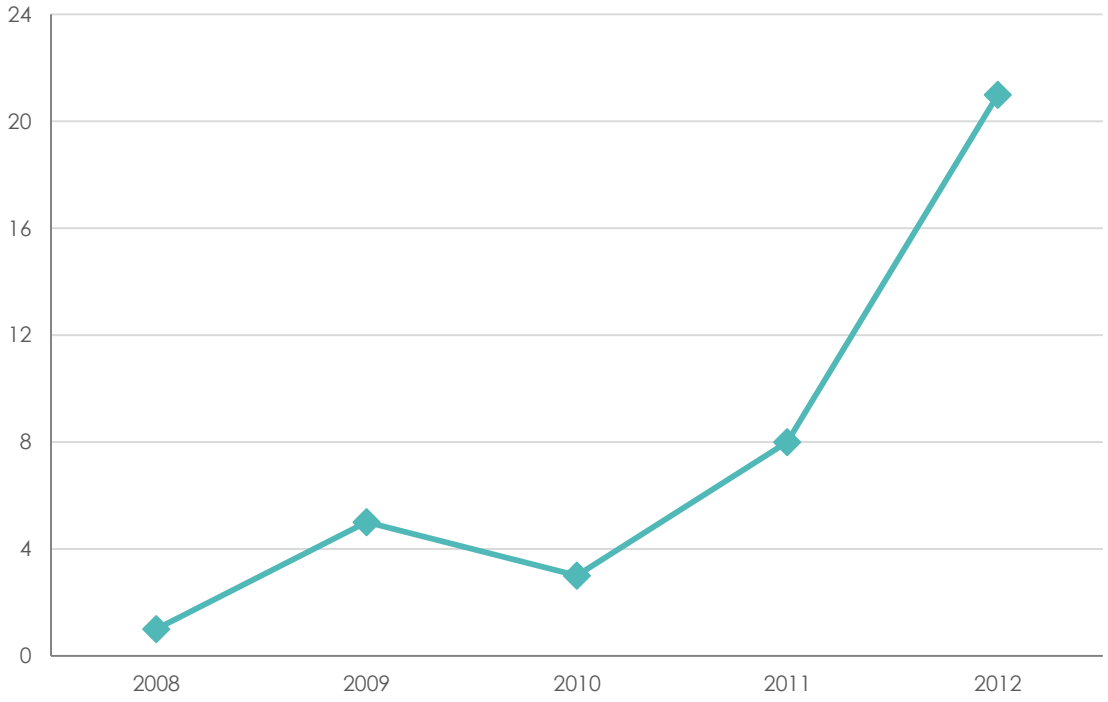
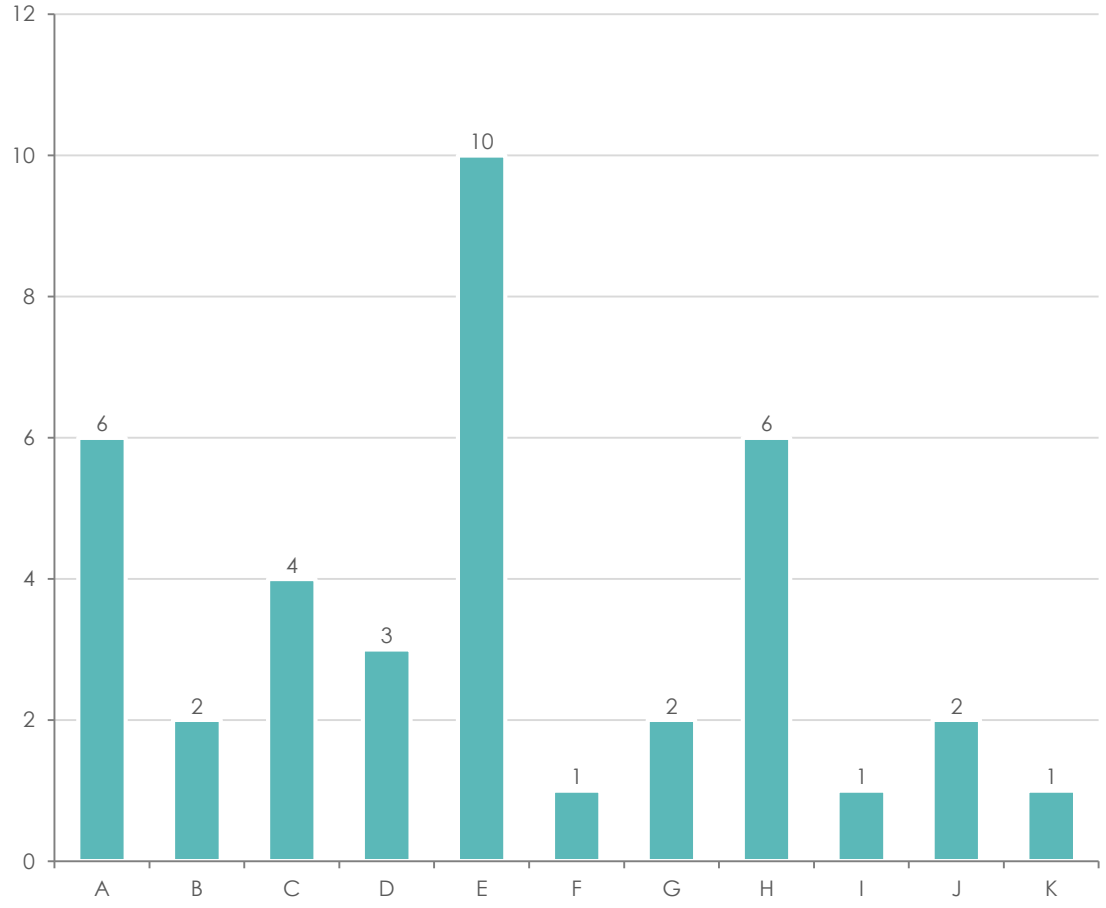


Gráfico 1. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores, entre novembro de 2008 e dezembro de 2012.

Tal como apresentado no Gráfico 1, verifica-se que entre novembro de 2008 e dezembro de 2012 deram entrada na DRA 38 pedidos de parecer com incidência na área de intervenção do POOC Flores, tendo sido o ano de 2012 aquele que registou, claramente, o maior número [21].

Relativamente ao ano de 2008, importa referir que o POOC Flores apenas foi aprovado no final do mês de novembro, pelo que o valor apresentado no Gráfico 1 e seguintes diz respeito aos pedidos de parecer que deram entrada na DRA após aquela data e que correspondeu apenas a 1 pedido. Salienta-se que entre janeiro e novembro de 2008 registaram-se 8 pedidos de parecer.

Tipologia dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores



A – Edificações
B – Empreendimentos turísticos
C – Equipamentos
D – Indústria
E – Infraestruturas
F – Loteamentos urbanos
G – Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo
H – Requalificação urbana e ambiental
I – Trabalhos de remodelação de terrenos
J – Venda ambulante
K – Outros

Gráfico 2. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores, por tipologia, entre novembro de 2008 e dezembro de 2012.

Analisando agora a tipologia dos processos que deram entrada na DRA, entre novembro de 2008 e dezembro de 2012 [Gráfico 2], verifica-se que a maioria corresponde a "infraestruturas" [10] e a "edificações" e "requalificação urbana e ambiental", ambas com 6 pedidos de parecer. Por oposição, as tipologias menos solicitadas naquele período, com apenas 1 pedido de parecer, dizem respeito a "loteamentos urbanos", "trabalhos de remodelação de terrenos" e "outros". Para além da tipologia "equipamentos" que registou 4 pedidos de parecer e da tipologia "indústria" que registou 3 pedidos de parecer, as restantes tipologias foram solicitadas em igual número [2] e correspondem a "empreendimentos turísticos", "planos de gestão florestal e cortes de arvoredo" e "venda ambulante".

No que concerne à tipologia de parecer mais solicitada, as "infraestruturas", há a salientar pedidos de reabilitação de acessos e pedidos de utilização de recursos hídricos, em especial pedidos de concessão de utilização de recursos hídricos para produção de energia.

Resultado dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores

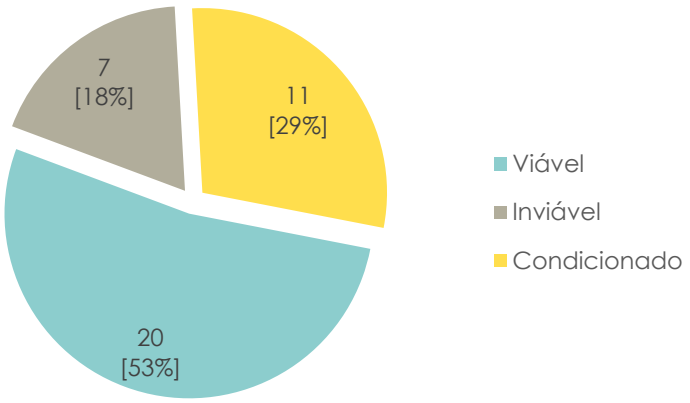


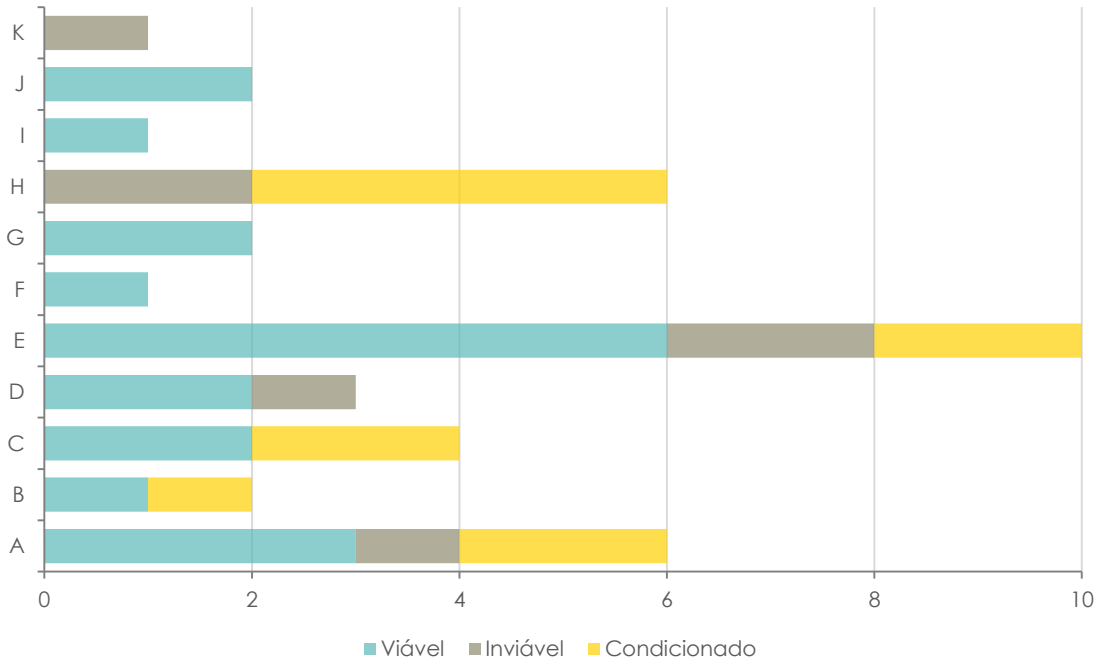
Gráfico 3. Resultado dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores, entre novembro de 2008 e dezembro de 2012.

Em termos de resultado dos pedidos de parecer efetuados, verifica-se, conforme apresentado no Gráfico 3 que, entre novembro de 2008 e dezembro de 2012, a maioria dos pareceres emitidos pela DRA na área de intervenção do POOC Flores foi viável [20], tendo 11 processos sido condicionados. Considerando as regras definidas no POOC Flores, no período em análise, 7 pedidos de parecer foram inviabilizados e corresponderam a 1 pedido de viabilidade de construção num terreno localizado em áreas vulneráveis e afeto às condicionantes da reserva ecológica e do domínio público marítimo, a 1 pedido de construção de acesso e merendário em áreas vulneráveis, áreas de interesse cultural e paisagístico, bem como em áreas afetas à reserva ecológica, a 1 pedido de cedência de terreno para implantação de estaleiro de apoio à construção de um pavilhão gimnodesportivo também em áreas vulneráveis, áreas de proteção e conservação da natureza e áreas afetas às condicionantes da reserva ecológica, domínio público marítimo, zona de proteção especial e zona especial de conservação. Acrescenta-se 1 queixa relativa à construção ilegal de um armazém, pedidos de reabilitação de acessos e, ainda, 1 pedido de infraestrutura de iluminação da avenida marginal.

Ainda em relação a este aspeto, ressalva-se que, apesar de o único pedido de parecer inviabilizado no ano de 2008 [referente a ampliação de um edifício] ter sido em momento anterior à aprovação do POOC Flores, a justificação prendeu-se com a necessidade de reconhecimento de propriedade privada por se inserir na margem das águas do mar [faixa dos 50 metros].

Se completarmos a informação apresentada nos gráficos anteriores com a informação constante do Gráfico 4 verifica-se que, entre novembro de 2008 e dezembro de 2012, todos os pedidos de parecer relativos às tipologias "loteamentos urbanos", "planos de gestão florestal e cortes de arvoredo", "trabalhos de remodelação de terrenos" e "venda ambulante" foram positivos. Por oposição, o único pedido de parecer referente à tipologia "outros" e que deu entrada na DRA naquele período foi inviabilizado. Trata-se do já mencionado pedido de cedência de terreno para implantação de estaleiro de apoio à construção de um pavilhão gimnodesportivo.

Para além disso, no que concerne à tipologia "edificações", entre novembro de 2008 e dezembro de 2012, foram viabilizados 3 pedidos de parecer, 2 foram condicionados e 1 foi inviabilizado. Já nos "empreendimentos turísticos", 1 pedido de parecer foi viável e outro foi condicionado. Na tipologia "equipamentos", verifica-se que 2 pedidos de parecer foram positivos e 2 foram condicionados. Quanto à tipologia "indústria", 2 pedidos de parecer foram viabilizados e 1 foi inviabilizado. Em termos de "infraestruturas" a maioria das solicitações [6] foi viável, 2 foram condicionadas e outras 2 foram inviáveis. Por último, na tipologia "requalificação urbana e ambiental", 4 dos pedidos de parecer foram condicionados e 2 foram inviáveis.



A – Edificações
B – Empreendimentos turísticos
C – Equipamentos
D – Indústria
E – Infraestruturas
F – Loteamentos urbanos
G – Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo
H – Requalificação urbana e ambiental
I – Trabalhos de remodelação de terrenos
J – Venda ambulante
K – Outros

Gráfico 4. Resultado dos pedidos de parecer, por tipologia, inseridos na área de intervenção do POOC Flores, entre novembro de 2008 e dezembro de 2012.

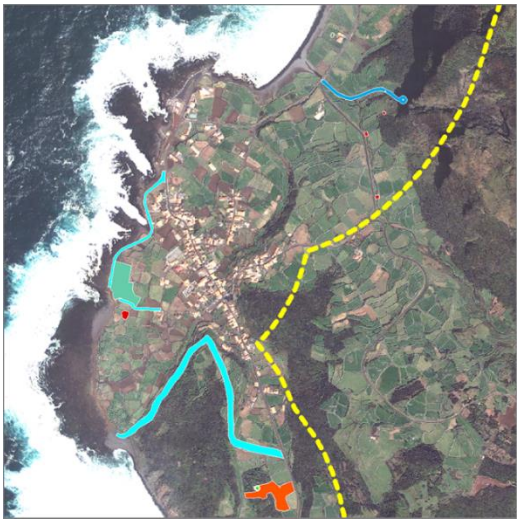
Considera-se, também, importante referir que em momento anterior à aprovação do POOC Flores, de acordo com a BD_Litoral, em 2006 [ano de criação do Sistema de Gestão de Correspondência da DRA], foram solicitados 21 pedidos de parecer. Destes 21 pedidos de parecer, apenas 1 [referente a um empreendimento turístico] foi inviabilizado, 10 foram viáveis e corresponderam às tipologias "edificações", "empreendimentos turísticos", "equipamentos", "indústria", "requalificação urbana e ambiental" e "zonas balneares", e outros 10 foram condicionados e corresponderam a 9 "edificações" e 1 "equipamento".

Em 2007, e registando um decréscimo bastante acentuado face ao ano anterior, deram entrada na DRA apenas 4 pedidos de parecer na orla costeira da ilha das Flores, todos viáveis, 1 referente a "empreendimentos turísticos", 1 referente a "infraestruturas" e 2 relativos à tipologia "equipamentos".

Até novembro de 2008 [data de aprovação do POOC Flores] foram solicitados 8 pedidos de parecer, tendo 3 sido viáveis e correspondido às tipologias de "zonas balneares", "loteamentos urbanos" e "infraestruturas", e apenas 1 sido inviável e referente a "edificações", conforme já referido. Acrescenta-se, ainda, que 4 processos mereceram parecer condicionado por parte da DRA, 2 referentes à tipologia "equipamentos", 1 à tipologia "edificações" e 1 à tipologia "infraestruturas".

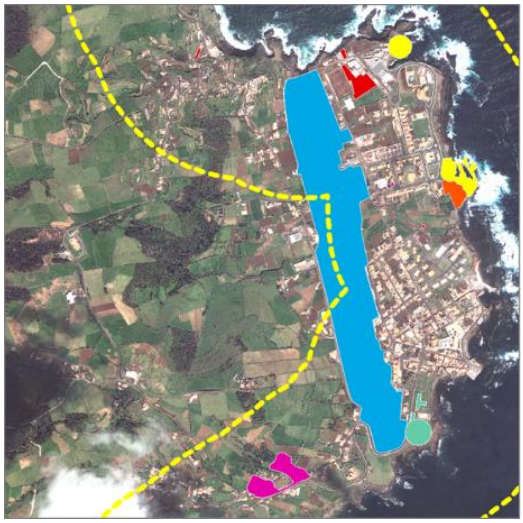
Espacialização dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores

Nas figuras seguintes é possível observar a localização de alguns dos pedidos de parecer com incidência na área de intervenção do POOC Flores e que deram entrada na DRA entre novembro de 2008 e dezembro de 2012.



- Área de intervenção
- Edificações
- Infraestruturas
- Requalificação urbana e ambiental
- Empreendimentos turísticos
- Equipamentos
- Planos de gestão florestal e cortes de arvoredo

Figura 1. Lajes das Flores/ Fajã Grande



- Área de intervenção
- Edificações
- Infraestruturas
- Requalificação urbana e ambiental
- Empreendimentos turísticos
- Equipamentos
- Loteamentos urbanos
- Indústria
- Zonas balneares
- Outros [cedência de terrenos]

Figura 2. Santa Cruz das Flores

Área de intervenção
Edificações
Infraestruturas
Requalificação urbana e ambiental
Equipamentos
Indústria
Venda ambulante

Figura 3. Lajes das Flores

Área de intervenção
Trabalhos de remodelação de terrenos

Figura 4. Santa Cruz das Flores/ Caveira/ Ponta da Caveira

5. Notas conclusivas

Este relatório pretende constituir um contributo à avaliação do POOC Flores, através da análise dos usos e atividades na respetiva área de intervenção. A este trabalho, deverá juntar-se uma análise detalhada dos elementos fundamentais e complementares do Plano, nomeadamente das principais dificuldades de aplicação do regulamento e da respetiva cartografia, de modo a avaliar a eficiência e eficácia do POOC Flores.

A conclusão deste processo de avaliação deverá constituir um elemento de suporte à decisão, designadamente à necessidade de proceder à sua alteração [que reveste um carácter parcial] ou então à sua revisão [que implica a reconsideração e reapreciação global com carácter estrutural das opções estratégicas do plano].

Melânia Rocha | José Furtado | André Medeiros

Janeiro de 2013

6. Anexos

Tabela 1. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores, entre novembro de 2008 e dezembro de 2012

Anos	N.º de pedidos
2008	1
2009	5
2010	3
2011	8
2012	21
Total	**38**

Tabela 2. Número de pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores, por tipologia, entre novembro de 2008 e dezembro de 2012

Tipologia	N.º de pedidos
Edificações	6
Empreendimentos Turísticos	2
Equipamentos	4
Indústria	3
Infraestruturas	10
Loteamentos Urbanos	1
Planos de Gestão Florestal e Cortes de Arvoredo	2
Requalificação Urbana e Ambiental	6
Trabalhos de Remodelação de Terrenos	1
Venda Ambulante	2
Outros	1
Total	**38**

Tabela 3. Resultado dos pedidos de parecer inseridos na área de intervenção do POOC Flores, entre novembro de 2008 e dezembro de 2012

Resultado	N.º de pedidos
Viável	20
Inviável	7
Condicionado	11
Total	**38**

Tabela 4. Resultado dos pedidos de parecer, por tipologia, inseridos na área de intervenção do POOC Flores, entre novembro de 2008 e dezembro de 2012

Tipologia	Viável	Inviável	Condicionado
Edificações	3	1	2
Empreendimentos Turísticos	1	0	1
Equipamentos	2	0	2
Indústria	2	1	0
Infraestruturas	6	2	2
Loteamentos Urbanos	1	0	0
Planos de Gestão Florestal e Cortes de Arvoredo	2	0	0
Requalificação Urbana e Ambiental	0	2	4
Trabalhos de Remodelação de Terrenos	1	0	0
Venda Ambulante	2	0	0
Outros	0	1	0
Total	**20**	**7**	**11**